



## Plano de Actividades da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **Linhas gerais para a XI Legislatura (2009/13)**

- I. Processo legislativo e outros: apreciação do Orçamento de Estado, de propostas e projectos de lei, de propostas e projectos de resolução, e de petições.
  
- II. Colóquios Parlamentares
  1. **“Diplomacia portuguesa e o Serviço Europeu de Acção Externa, após o Tratado de Lisboa”** (em eventual articulação a definir com outras comissões parlamentares)
  2. **“Língua Portuguesa - uma política e uma estratégia de Estado”** (em eventual articulação a definir com outras comissões parlamentares)
  3. **“A CPLP - presente e futuro”**
  4. **“Internacionalização da Economia Portuguesa: papel da Diplomacia e a Acção Externa do Estado”** (em eventual articulação a definir com outras comissões parlamentares)
  
- III. Audições Parlamentares
  1. **Implicações para o desenvolvimento da política externa portuguesa como efeito do Tratado de Lisboa e do desenvolvimento do Serviço Europeu de Acção Externa** (em articulação sempre que necessário ou aconselhável com a Comissão de Assuntos Europeus):
    - Ministro dos Negócios Estrangeiros e Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
    - Embaixador na REPER
    - Responsáveis da Comissão Europeia, a nível de Comissão e DGs
    - Dirigentes de comissões parlamentares de Negócios Estrangeiros nos parlamentos de outros Estados-membros
    - Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu e dirigentes de grupos políticos no Parlamento Europeu com responsabilidades na área da política externa

## **2. A Língua e a Cultura Portuguesa no plano internacional**

- Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura
- CPLP - membros de Governos e embaixadores
- Presidente do Instituto Camões
- Presidente do IPAD
- Representantes portugueses (e de países de língua oficial portuguesa) em estruturas e organizações internacionais
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Conselho das Comunidades Portuguesas
- Administradores e jornalistas de órgãos da comunicação social portuguesa, com projecção internacional (RTP, RDP, LUSA, SIC, TVI, etc.)
- Artistas e promotores culturais portugueses com experiência internacional ou radicados no estrangeiro (a ideia de “Portugal Cultural” e sua projecção no mundo)
- Organizações de professores

## **3. Desenvolvimento da “Diplomacia Económica”**

- Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia
- Presidente do AICEP
- Directora-geral dos Assuntos Técnicos e Económicos do MNE
- Representantes de associações empresariais portuguesas
- Confederação Mundial dos Empresários das Comunidades Portuguesas
- Câmaras de Comércio
- Empresários a título individual

## **4. Os novos fluxos migratórios portugueses**

- Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho e respectivos Secretários de Estado
- Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
- Inspeção-geral do Trabalho
- Conselho das Comunidades Portuguesas
- Pastoral das Migrações
- Organizações sindicais
- Observatório da Emigração

## **5. Acompanhamento permanente da política externa portuguesa**

- Deverão realizar-se reuniões periódicas com o Ministro dos Negócios Estrangeiro e respectivos Secretários de Estado, bem como com outros membros do Governo responsáveis por departamentos essenciais para o desenvolvimento da política externa portuguesa.
- Atribuir particular atenção ao acompanhamento da situação política e da acção diplomática nas regiões onde militares portugueses participam em missões de paz e estabilização.
- Ouvir os serviços de informações (SIS e SIED).

## **6. Reforma das estruturas do Estado**

- Acompanhar o processo de reorganização do MNE, nomeadamente no que diz respeito ao Estatuto dos Diplomatas e ao Estatuto do Pessoal do Quadro Externo.
- Acompanhar a reestruturação do Instituto Camões e o seu impacto na acção cultural externa de responsabilidade do Governo, especialmente no que diz respeito ao ensino e difusão da língua e da cultura portuguesas.
- Acompanhar a evolução da Rede Consular.

## **7. Política de cooperação**

- Acompanhar os projectos e obrigações do Estado português neste domínio.
- Acompanhar o desenvolvimento das políticas da União Europeia, neste domínio, a nível da Comissão e do Parlamento Europeu.
- Seguir e apoiar no plano político-diplomático o processo inovador da Parceria Especial UE/Cabo Verde.

## **8. Organizações e Conferências internacionais**

- Reuniões com as representações parlamentares portuguesas nas diversas Organizações e Conferências internacionais em que a Assembleia da República está representada
- Audição do Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia
- Audição do Dr. Jorge Sampaio, Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações

- Audição do Eng.º António Guterres, Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados

IV. Movimentos de colocação de Embaixadores de Portugal

Preparação de legislação, em diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que introduza a prática de audição parlamentar dos Embaixadores portugueses, antes da sua colocação, pelo menos nos postos mais relevantes para a política externa portuguesa; decisão, nomeadamente, sobre um sistema de lista fechada ou de lista aberta.

V. Assembleia Parlamentar da CPLP

Acompanhamento do seu desenvolvimento, através da audição de membros dos diferentes países-membros e de reuniões com a delegação da Assembleia da República

VI. Deslocações

- Cabo Verde, Angola e Moçambique – análise da evolução das relações bilaterais e projectos de cooperação
- Espanha – para análise dos novos fluxos migratórios portugueses
- Venezuela – para análise das relações bilaterais, das relações multilaterais no contexto ibero-americano, das relações económicas e da situação das Comunidades Portuguesas

VII. Análises políticas específicas a nível das relações bilaterais e multilaterais

(através de diálogo interparlamentar com delegações de Parlamentos estrangeiros, com audição dos embaixadores de Portugal nesses países e organizações, quando se desloquem a Lisboa e, bem assim, com peritos e especialistas, nomeadamente no âmbito académico, e, onde se justifique, do SIED e SIS), com referência especialmente a:

- Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste
- Brasil
- Venezuela
- China, Índia (e Sri Lanka), Rússia
- Espanha, Alemanha, Polónia, Reino Unido, França, Itália
- Marrocos, Tunísia, Argélia
- Tailândia/Singapura/Malásia, Coreia do Sul

- Irão
- Iraque, Arábia Saudita, Emiratos
- Nações Unidas, NATO, REPER/UE, OCDE, UNESCO

VIII. Instituição de um Prémio que distinga, com periodicidade a definir, um trabalho sobre Relações Internacionais sob a égide da CNECP.

Palácio de S. Bento, 21 de Dezembro de 2009



Plano de Actividades da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**Concretizações previstas para a  
1ª Sessão legislativa da XI Legislatura (2009/10)**

- I. Processo legislativo e outros – conforme agenda parlamentar
- II. Organização de um Colóquio: *“Diplomacia portuguesa e o Serviço Europeu de Acção Externa, após o Tratado de Lisboa”* ou *“Língua Portuguesa – uma política e uma estratégia de Estado”*
- III. Audições parlamentares:
  - (a) Linha **Serviço Europeu de Acção Externa:**
    - Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
    - Responsáveis da Comissão Europeia, a nível de Comissão e DGs
    - Dirigentes de comissões parlamentares de Negócios Estrangeiros nos parlamentos de outros Estados-membros
    - Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu e dirigentes de grupos políticos no Parlamento Europeu com responsabilidades na área da política externa
  - (b) Linha **Língua e Cultura Portuguesa:**
    - Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
    - Presidente do Instituto Camões
    - Administradores e jornalistas de órgãos da comunicação social portuguesa, com projecção internacional (RTP, RDP, LUSA, SIC, TVI, etc.)
  - (c) Linha **Diplomacia Económica:**
    - Representantes de associações empresariais portuguesas
    - Presidente AICEP
    - Directora-geral dos Assuntos Técnicos e Económicos do MNE

- (d) Linha **Novos Fluxos Migratórios**:
- Pastoral das Migrações
  - Organizações sindicais (CGTP e UGT)
- (e) Linha **Acompanhamento Permanente da Política Externa**:
- Audições com Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e respectivos Secretários de Estado, nos termos regimentais (mínimo: quatro sessões)
  - Audições com SIED e SIS, onde se justifique
- (f) Linha **Reforma das estruturas do Estado**:
- Audição com o presidente do Instituto Camões
  - Estatuto diplomático: audição dos membros do Governo
  - Rede Consular: audição dos membros do Governo
- (g) Linha **Política de cooperação**:
- Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
  - Audição do Presidente do IPAD
  - Audição do Embaixador de Cabo Verde em Portugal (*Parceria Especial UE/Cabo Verde* e outros assuntos)
- (h) Linha **Organizações e conferências internacionais**: agendar na perspectiva da Legislatura audições com o Dr. José Manuel Durão Barroso, o Dr. Jorge Sampaio e o Eng.º António Guterres, procurando assegurar a realização de uma ainda no decurso da 1ª Sessão Legislativa

IV. Colocação de embaixadores de Portugal:

- Definição com o MNE do novo mecanismo de audição parlamentar de Embaixadores em início de missão
- Concretização de uma primeira experiência com até três Embaixadores aquando do próximo movimento diplomático (dentro do quadro definido em VII. – *programa geral*)

V. Assembleia Parlamentar da CPLP:

- Reunião com a delegação da Assembleia da República

VI. Organização de uma deslocação: Angola ou Venezuela

VII. Análises políticas específicas de relações bilaterais e multilaterais: Apresentar o programa aos embaixadores colocados nos países indicados em *VII. – programa geral*, convidando-os e procedendo a marcações consoante disponibilidades recíprocas de agenda e consideração oportuna de prioridades.

- Já previstas: uma delegação da Câmara de Representantes de Marrocos; uma delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns do Reino Unido.

VIII. Prémio da CNECP: preparar e aprovar o respectivo Regulamento

Palácio de S. Bento, 21 de Dezembro de 2009